

Abin manteve suspeitos de ligação com espionagem

Servidores na mira da Polícia Federal pela atuação no programa que monitorou ilegalmente adversários de Bolsonaro foram mantidos em cargos-chave mesmo no governo Lula e só foram afastados após decisão de Moraes

SARAH TEÓFILO E LUIZA MARQUELLO
publicação original no site do GLOBO

O diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Luiz Fernando Corrêa, manteve em cargos-chave ao menos três servidores suspeitos de terem ligação com o programa espião First Mile, usado para monitorar deslealmente o governo de Jair Bolsonaro entre 2019 e 2021. Esses funcionários só foram afastados por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), sob risco de atrapalharem as investigações.

Reportagem do GLOBO revelou em março do ano passado que a Abin usava uma ferramenta secreta israelense para vigiar a localização de alvos pré-determinados por meio da conexão dos aparelhos celulares. Após o caso vir à tona, a Polícia Federal (PF) abriu um inquérito e identificou que o sistema espião foi utilizado para monitorar políticos, jornalistas, advogados e adversários de Bolsonaro.

Mesmo com as suspeitas e colaborando com as investigações, Corrêa manteve na agência servidores que tiveram relação com o programa. Um deles era Paulo Maurício Fortunato Pinto, que foi nomeado como número 3 em abril do ano passado e esteve à frente do setor de operações da Abin no governo Bolsonaro. A área era responsável por utilizar o programa secreto para realizar vigilâncias.

Embora mantenha a confiança do presidente Lula, causou incômodo entre integrantes do Planalto a postura do diretor-geral, que teria minimizado o impacto dos desdobramentos da crise. Nesta ala, existe a avaliação de que houve uma tentativa, mal-sucedida, de blindar a Abin.

Paulo Maurício, homem de confiança de Corrêa, só deixou o posto de número 3 no governo Lula depois de ter sido afastado em outubro do ano passado por determinação de Moraes. Na ocasião, o magistrado também determinou o afastamento de Paulo Magno de Melo Rodrigues Alves, diretor do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Segurança das Comunicações (Cepesc) da atual gestão da Abin.

Investigação da PF aponta que Paulo Magno e Paulo Maurício "tinham todo o domínio da aplicação e sabiam da existência de 'alvos sensíveis' nos logs do sistema First Mile". Segundo a apuração, Paulo Maurício, apontado como o principal responsável pelo uso do programa, também tinha a posse dos logs de acesso, mas "teria se livrado antes de sair", conforme declarado por Paulo Magno.

Além disso, Paulo Maurício participou de uma reunião com Alexandre Moretti, exonerado na terça-feira da função de número 2 da Abin, promovido com os investigados, no dia 28 de março do ano passado. Na ocasião, Moretti afirmou, segundo a PF, que a apuração teria "tudo



Postos preservados. O diretor-geral da Abin, Luiz Fernando Corrêa, não afastou servidores suspeitos de ligação com o programa.

político e iria passar". Corrêa também estava na reunião, mas ainda não tinha assumido o comando da Abin.

Neste encontro, segundo a PF, Paulo Maurício apresentou uma "estratégia" da direção-geral para "tentar acalmar a turma". Meses depois, a Polícia Federal realizou uma operação e apreendeu US\$ 171,8 mil na casa dele. Na época, ele alegou que o valor era fruto de uma "poupança" que faz para quando se aposentar.

Outro servidor da Abin afastado por determinação de Moraes foi Marcelo Fur-

CARGOS MANTIDOS

Programa espião

Tês servidores foram mantidos em seus cargos mesmo sob a suspeita de terem ligação com o uso do First Mile: Paulo Maurício Fortunato Pinto, número 3 da Abin; Paulo Magno de Melo Rodrigues Alves, diretor do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Segurança das Comunicações; e Marcelo Furtado, diretor do Departamento de Operações de Inteligência. Eles só foram afastados após decisão de Alexandre de Moraes.

Ataque ao STF

A Abin também não exonerou quatro servidores que tentaram vincular ministros do Supremo Tribunal Federal a uma ligação criminosa. De acordo com a Polícia Federal, um arquivo encontrado em um computador trazia anotações que buscavam associar Gilmar Mendes e o próprio Moraes — um dos principais alvos do bolsonarismo nos últimos anos — à quadrilha.

do, que era diretor do Departamento de Operações de Inteligência da Abin no ano passado. O servidor estava fora do país para fazer um mestrado na maior parte do período em que o First Mile foi operado pela Abin, mas constava como um dos físicos do contrato de compra do programa. A PF aponta que Furtado, em um procedimento interno da Abin, deu informações "contraditórias" em relação às provas. O relatório apresentado pela PF ao STF diz que Furtado teve conhecimento do "caráter intrusivo" do software a partir de um próprio e-mail que recebeu da empresa responsável pelo desenvolvimento. O inquérito aponta mais de 60 mil acessos ao programa entre 2019 e 2021.

FAKE NEWS CONFECÇÃO

Outra frente da investigação cita quatro servidores que tentaram vincular ministros do STF a uma ligação criminosa — eles não foram exonerados pela Abin. De acordo com a PF, um arquivo encontrado em um computador traz anotações que buscavam associar Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes ao grupo criminoso.

A Abin e a Secretaria de Comunicação da Presidência não se manifestaram. O GLOBO tentou contato por telefone com os cidadãos, mas obteve retorno apenas de Paulo Maurício, que disse que não vai dar declarações. Na semana passada, em nota, a agência disse que continuará a colaborar com as investigações.

Como funciona o programa que levou às investigações

Abin usou o software israelense First Mile sob a gestão Bolsonaro para colocar em prática uma suposta rede de arapongagem clandestina

A Polícia Federal realizou, nos últimos dias, operações que miraram o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) durante o governo Bolsonaro, e o vereador Carlos Bolsonaro (sem partido-RJ), filho do ex-presidente. Em ambos os casos, as investigações decorrem da apuração sobre o uso do software First Mile pelo órgão, que foi revelado pelo GLOBO. A Abin se valeu do programa, sob a gestão de Ramagem, para colocar em prática uma suposta rede de arapongagem clandestina.

A ferramenta, comprada pela agência de inteligência ainda no fim do governo de Michel Temer, tem a função de monitorar a localização de alvos pré-determinados e permitir, sem qualquer protocolo oficial, monitorar os passos de até 10 mil proprietários de celular a cada 12 meses.

Desenvolvido pela empresa israelense Cognite (ex-Verint), o programa permitia rastrear o paradeiro de uma pessoa a partir de dados transferidos do celular

BRECHA NO SISTEMA

De acordo com as investigações, a Polícia Federal concluiu que os investigados invadiam clandestinamente a rede de telefonia do país por meio do programa espião, que aproveitava uma brecha no sistema de telecomunicações para obter a localização dos aparelhos celulares. O GLOBO apurou que as operadoras, ao identificarem essas tentativas de acesso, tomaram medidas para evitar que continuassem. De acordo com a Anatel, as empresas de telefonia já eliminaram esta vulnerabilidade do sistema.

A agência comprou o software por R\$ 5,7 milhões, com dispensa de licitação, no fim de 2018. A ferramenta foi utilizada ao longo do governo Bolsonaro até meados de 2021. Menos

PASSOS VIGIADOS

Abin utilizou programa secreto para monitorar deslocamentos



duas semanas após o fim do contrato, em maio de 2021, um documento da Abin dizia que o programa servia para "vigilância remota de alvos", dispensando a presença física de agentes operacionais no mesmo ambiente dos alvos.

A Diretoria de Operações

de Inteligência da Abin, área responsável pela utilização do software, defendeu que o First Mile fosse substituído por outra ferramenta com as mesmas capacidades, destacando o fato de o sistema ter se tornado obsoleto. O relatório afirmava ainda que o First Mile

era utilizado por uma média de oito integrantes do Departamento. O número indica que os acessos eram compartilhados entre os agentes, já que o contrato previa a utilização por no máximo cinco pessoas dentro da Abin. A utilização do First Mile

durante o governo de Jair Bolsonaro motivou a abertura de um inquérito pela Polícia Federal (PF). A investigação identifica que o programa foi empregado pela agência para espionar políticos, jornalistas, advogados e adversários do ex-presidente.